

CAROS COMPANHEIROS

O Sindicato dos Trabalhadores das Salas de Jogos, a Associação Nacional dos Reformados Profissionais de Banca dos Casinos e o Presidente da Assembleia Geral da Associação Nacional dos Profissionais de Banca dos Casinos, por decisão maioritária, em reunião realizada a dezassete de fevereiro de 2016, deliberaram o seguinte:

1. Enviar novo pedido de audiência à Sra. Secretária de Estado da Segurança Social, caso não obtivessem resposta dentro de um prazo de 10 dias, solicitando audiências aos grupos Parlamentares da Assembleia da República.
2. No dia 8 de março de 2016 enviamos a todos os Grupos Parlamentares pedidos de audiência, que vieram a ser realizadas nos dias 6, 14 e 19 de abril de 2016. Das audiências realizadas, resultou o empenho dos partidos conforme documentos oficiais que aqui publicamos.
3. Estas tomadas de posição por estes partidos (e outras que se seguirem) vêm reafirmar, de forma inequívoca, que este era o caminho a seguir, porque é preciso dizer, de forma clara, que estamos perante um problema da maior gravidade e que o Estado terá de assumir as suas responsabilidades.
4. Companheiros, sabemos que o caminho não é fácil, mas com o nosso total empenho, e, a razão que nos assiste, não desistiremos de procurar a solução JUSTA que resolva um problema que não foi por nós criado e, que afeta de forma violenta os pensionistas e ativos.

Espinho, 28 de maio de 2016

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número 913/ XIII (1 .ª)

Expeça - se

Publique - se

2016-03-14

O Secretário da Mesa

Idália
Salvador
Serrão
(Assinatura
Qualificada)

Digitally signed by
Idália Salvador
Serrão (Assinatura
Qualificada)
Date: 2016.03.14
08:40:11 +00:00
Reason:
Location:

Assunto: Fundo dos profissionais de banca dos casinos

Destinatário: Min. do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

Ex. mo Sr.º Presidente da Assembleia da República

O Fundo Especial de Segurança Social dos Profissionais de Banca dos Casinos integra o regime complementar de iniciativa coletiva, de instituição facultativa, de proteção social dos profissionais daquele setor, regulamentado pela Portaria n.º 140/92, de 4 de março, com a redação dada pela Portaria n.º 96/93, de 25 de janeiro.

O Gabinete do Secretário de Estado da Solidariedade e da Segurança Social, através do Despacho n.º 2201/2015 determinou a redução, a partir do mês de fevereiro de 2015, dos montantes das prestações pecuniárias asseguradas pelo Fundo Especial de Segurança Social dos Profissionais de Banca dos Casinos, da seguinte forma:

- Redução, em 50%, no mês de fevereiro de 2015;
- Redução, em 60%, no mês de março de 2015;
- Redução, em 70%, no mês de abril de 2015;
- Redução, em 80%, a partir do mês de maio de 2015.

O referido despacho prevê ainda *“a constituição de um grupo de trabalho, composto pelos membros do conselho consultivo do Fundo, por representantes do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, IP, que liderará, por representantes do Instituto da Segurança Social, IP, e por representantes da Direção-Geral da Segurança Social, com o objetivo de definir as condições da viabilidade económica e financeira futura do Fundo, e, se for caso disso, proceder à revisão do Regulamento do Fundo”*.

Assim, quer os reformados, quer as viúvas/os beneficiários/as do Fundo são confrontados com uma redução de 80% dos seus complementos de reforma. Por outro lado, conforme nos têm vindo a denunciar, as concessionárias de jogo têm praticado baixos salários, fizeram reestruturações substituindo os trabalhadores por máquinas e anunciaram milhões de lucros, o que deita por terra o argumento invocado no despacho que para um *“nível de despesa do Fundo (...) posicionado acima do nível da receita, perspetivando uma situação económica e financeira desajustada”*.

Por outro lado, fica por compreender quando, e em que moldes, se pretende operacionalizar o Grupo de Trabalho previsto no despacho em apreço uma vez que, 13 meses depois, se desconhecem os resultados do seu funcionamento.

É imperioso reverter este processo e garantir que é encontrada uma solução que dê uma resposta justa aos reformados profissionais de banca nos casinos.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, as seguintes perguntas:

1. O Governo tem conhecimento desta situação? Conhece os resultados do Grupo de trabalho previsto no Despacho n.º 2201/2015 publicado a 9 de março de 2015?
2. Que medidas pretende encetar com vista a encontrar uma solução adequada para os trabalhadores reformados profissionais de banca nos casinos?

Palácio de São Bento, sexta-feira, 11 de Março de 2016

Deputado(a)s

JOSÉ MOURA SOEIRO(BE)

ISABEL PIRES(BE)



REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

O Fundo Especial de Segurança Social dos Profissionais de Banca de Casinos foi criado em 1961, em virtude dos baixos salários pagos pelos concessionários dos casinos, com a intenção de ser um complemento de reforma e tem como único recurso os descontos feitos pelos trabalhadores.

Este Fundo foi sempre administrado pelo Estado, de 1961 a 1985 pela Caixa de Previdência dos Profissionais de Espectáculos e a partir de 1985 foi integrado no Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social (IGFSS), que é responsável pela sua regulamentação.

A partir dos anos noventa os trabalhadores começaram a mostrar preocupação com a sustentabilidade do fundo em virtude de vários despedimentos colectivos, o aumento de trabalhadores que se aposentaram e o decréscimo de receitas.

Ao alerta lançado pelos trabalhadores e pelas estruturas que os representam a resposta que tiveram do governo foi o silêncio.

Em 1999 um estudo feito por uma empresa especializada, a pedido da Associação Nacional dos Profissionais de Banca de Casinos, demonstrava que o Fundo estava em risco de colapso se nada fosse feito. Este estudo foi enviado ao Ministério do Trabalho.

Em 2002 o Fundo tinha em reserva 27 milhões de euros e tal como o estudo de 1999 previa as despesas ultrapassaram as receitas. Face ao exposto, mais uma vez, os trabalhadores dirigiram-se ao Ministério do Trabalho e ao IGFSS mas as respostas foram as mesmas, o silêncio.

Em 2015 e face à rutura do fundo, e aos vários pedidos de audiência por parte dos trabalhadores e pensionistas, foi realizada uma reunião nas instalações do IGFSS e que das suas conclusões se realça a criação de um grupo de trabalho que deveria no mais curto espaço de tempo apresentar soluções para a resolução do problema.

Por despacho do Gabinete do Secretário de Estado da Solidariedade e Segurança Social, despacho 2201/2015, foram realizados cortes nas pensões de 50% no mês de Fevereiro, 60% no mês de Março, 70% no mês de Abril e 80% a partir do Mês de Maio.

Face à gravidade da situação o Chefe de Gabinete, do Secretário de Estado, garantiu que este assunto teria que ser resolvido de forma célere.

Dado que o grupo de trabalho já concluiu os estudos, que os mesmos se encontram na posse

da Secretaria da Segurança Social, que a situação dos beneficiários e contribuintes do fundo é de desespero, que levaram a situações sociais muito graves e ao qual pensionistas e trabalhadores são alheios, que os trabalhadores e pensionistas já enviaram pedidos de audiência com carácter de urgência e não obtêm respostas

Solicito, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, a S. Ex^a a Presidente da Assembleia da República que remeta ao Governo a seguinte pergunta, para que o Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social possa prestar os seguintes esclarecimentos:

1 – Face à gravidade da situação que medidas prevê o Governo tomar para a resolução do problema?

2 – Tem o Governo noção dos graves problemas sociais que estão criados face ao arrastar deste problema?

Palácio de São Bento, quarta-feira, 25 de Maio de 2016

Deputado(a)s

JOSÉ LUÍS FERREIRA(PEV)

HELOÍSA APOLÓNIA(PEV)

REQUERIMENTO Número / (.^a)

PERGUNTA Número / (.^a)

Expeça - se
Publique - se
O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

O Grupo Parlamentar do PCP tem tido diversos contactos com trabalhadores e trabalhadores reformados dos Casinos, tendo questionado, no passado, o Governo PSD/CDS sobre os problemas que afetam o Fundo de Pensões dos Profissionais de Banca dos Casinos, do jogo “tradicional”, bem como os cortes nas pensões em pagamento.

Em recentes reuniões realizadas com trabalhadores reformados e com Comissões de Trabalhadores de diferentes Casinos, constatámos a grave situação social que o anterior Governo PSD/CDS criou com o corte na ordem dos 80% dos complementos de reforma destes trabalhadores. Na verdade, há hoje trabalhadores reformados que, com os cortes, vivem numa situação muito difícil, que assumem contornos dramáticos, de luta pela sobrevivência, em muitas situações.

Importa lembrar que o Fundo de Pensões dos Profissionais de Banca dos Casinos sempre foi gerido pelo Estado e que, por diversas vezes, ao longo dos anos, as estruturas representativas dos trabalhadores, alertaram para os problemas de sustentabilidade, tendo apresentado alternativas ao financiamento deste Fundo.

O PCP entende que o corte no complemento significou uma acentuada quebra de rendimentos de cerca de 700 trabalhadores e compromete o fim deste Fundo que conta ainda com 800 trabalhadores no ativo, do chamado jogo “tradicional”, que descontam 12% das suas gorjetas para esse Fundo.

Importa ainda referir que a presente situação não está desligada de opções dos concessionários do jogo no nosso país que atiraram centenas de trabalhadores para o desemprego e/ou o envio de trabalhadores para reformas antecipadas, pelo que é legítimo e imperioso chamar as concessionárias do jogo à responsabilidade de financiar este mesmo fundo.

Não podemos esquecer a negligência do Governo PSD/CDS neste processo que, apesar de alertados pelos sindicatos e pelo próprio IGFSS, nada fez.

Assim, não foram tomadas as medidas necessárias, como a diversificação das fontes de financiamento, que pudessem evitar este desfecho.

De acordo com a informação transmitida ao Grupo Parlamentar do PCP, foi criado um grupo de trabalho para acompanhar e resolver os problemas deste fundo que parece ter reunido por duas vezes e que, aparentemente, não deu qualquer resposta às propostas e soluções apresentadas pelos trabalhadores.

Ainda de acordo com informação transmitida ao Grupo Parlamentar do PCP, este grupo de trabalho produziu um relatório sobre esta situação, sem que o mesmo tivesse ainda chegado aos trabalhadores.

Esta é uma matéria sobre a qual temos grandes preocupações, tendo apresentado uma pergunta escrita em Fevereiro de 2016 e apresentado o problema numa audição regimental do Sr. Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social.

Assim, ao abrigo das disposições legais e regimentais aplicáveis, solicitamos ao Governo que, por intermédio do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social nos envie os seguintes esclarecimentos:

1. Que medidas vai o Governo tomar para ultrapassar a situação descrita?
2. Que medidas vai este Ministério tomar, ouvidas que sejam as propostas dos trabalhadores, para tornar viável este fundo e assim responder aos problemas que hoje estão colocados a estes trabalhadores?
3. Considerando a importância deste fundo para a sobrevivência dos trabalhadores, que medidas vai tomar o Governo para acudir aos problemas sociais que o corte de 80% no complemento de pensão provocou junto dos trabalhadores?
4. Que medidas vai o Governo tomar para eliminar o corte de 80% nos complementos de pensão em pagamento?
5. Tem o Governo conhecimento do relatório produzido pelo referido grupo de trabalho? Se sim, que análise faz do mesmo? Solicitamos o envio desse relatório.

Palácio de São Bento, sexta-feira, 27 de Maio de 2016

Deputado(a)s

DIANA FERREIRA(PCP)

RITA RATO(PCP)

JORGE MACHADO(PCP)

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Ex. mo Sr.º Presidente da Assembleia da República

O PCP, por via dos contactos que mantém com os trabalhadores do Casino da Póvoa de Varzim, já questionou, no passado, o Governo PSD/CDS sobre os problemas que afetam o Fundo de Pensões dos Profissionais de Banca dos Casinos, do jogo “tradicional” e os cortes nas pensões em pagamento.

Numa recente reunião que realizámos com trabalhadores reformados e com a comissão de trabalhadores do Casino da Póvoa de Varzim, constatámos a grave situação social que o anterior Governo PSD/CDS criou com o corte na ordem dos 80% dos complementos de reforma destes trabalhadores. Na verdade, há hoje trabalhadores reformados que, com os cortes, vivem numa situação muito difícil.

Importa lembrar que o fundo sempre foi gerido pelo Estado e que, por diversas vezes ao longos dos anos, as estruturas representativas dos trabalhadores, alertaram para os problemas de sustentabilidade e apresentaram alternativas ao financiamento deste fundo.

O PCP entende que o corte no complemento significou uma acentuada quebra de rendimentos de cerca de 700 trabalhadores e compromete o fim deste fundo que ainda conta com 800 trabalhadores no ativo, do chamado jogo “tradicional”, que descontam 12% das suas gorjetas para esse fundo.

Importa referir que a presente situação não está desligada de opções dos concessionários do jogo no nosso país que atiraram centenas de trabalhadores para o desemprego e/ou o envio de trabalhadores para reformas antecipadas pelo que é legítimo e imperioso chamar as concessionárias do jogo à responsabilidade de financiar este mesmo fundo.

Importa referir que o Governo PSD/CDS foi negligente com este processo porque apesar de avisados pelos sindicatos e pelo próprio IGFSS, nada fez.

Assim, não foram tomadas as medidas necessárias como a diversificação das fontes de

financiamento que pudessem evitar este desfecho.

De acordo com a informação transmitida ao Grupo Parlamentar do PCP, o grupo de trabalho criado para acompanhar e resolver os problemas deste fundo apenas reuniu por duas vezes e as propostas e soluções que os trabalhadores apresentaram não mereceram qualquer tipo de resposta.

Assim, ao abrigo da alínea d) do artigo 156º da Constituição e nos termos e para os efeitos do 229º do Regimento da Assembleia da República, pergunto ao **Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social** o seguinte:

1.º Como justifica este Ministério não terem sido tomadas medidas para evitar a presente situação e que medidas vai este Ministério tomar para ultrapassar a situação de impasse que atualmente se vive?

2.º Que medidas vai este Ministério tomar, ouvidas que sejam as propostas dos trabalhadores, para tornar viável este fundo e assim responder aos problemas que hoje estão colocados a estes trabalhadores?

3.º Tendo em conta a importância deste fundo para a sobrevivência dos trabalhadores, que medidas vai este Ministério tomar para acudir aos problemas sociais que o corte de 80% do complemento de pensão provocou junto dos trabalhadores?

4. Que medidas vai este Ministério tomar para eliminar o corte de 80% nos complementos de pensão em pagamento?

Palácio de São Bento, sexta-feira, 12 de Fevereiro de 2016

Deputado(a)s

JORGE MACHADO(PCP)

ANA VIRGÍNIA PEREIRA(PCP)

DIANA FERREIRA(PCP)



STSJ 2010 <stsj2010@gmail.com>

Pedido de audiência à Sra. Secretária de Estado da S.S.

4 mensagens

STSJ 2010 <stsj2010@gmail.com>

21 de abril de 2016 às 18:15

Para: tiago.barbosaribeiro@ps.parlamento.ptBoa tarde, Sr. Deputado Tiago Ribeiro.

Aproveitamos para o cumprimentar, lembrando a nossa reunião relativamente ao fundo de pensões dos profissionais de banca dos casinos, realizada no dia 14, em que o Sr. Deputado nos prometeu que em breve seríamos recebidos pela Sra. Secretária de Estado da S.S.

Como a situação Social tem a gravidade por nós explicada na referida reunião, vimos por este meio apelar mais uma vês o empenho prometido pelo Sr. Deputado.

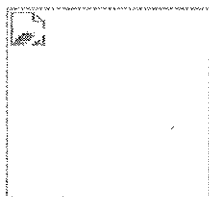
Com os melhores cumprimentos e consideração.

Carlos Teixeira

--

Sindicato dos Trabalhadores das Salas de Jogos

Presidente Carlos Teixeira | Tlm: 914311168

www.stsj-sindicato.orgVisite-nos no facebook em <https://www.facebook.com/stsj.sindicato> e faça-nos um like :-)

STSJ 2010 <stsj2010@gmail.com>

21 de abril de 2016 às 18:21

Para: Claudio Jesus <cf-jesus@sapo.pt>

Boa tarde Cláudio,

Estamos a enviar-te este email que eu e o Magalhães, acabamos de enviar ao Sr. Deputado do P. S.
Como podes verificar estamos em cima.

Aquele Abraço

Zé Carlos

----- Mensagem encaminhada -----

De: **STSJ 2010** <stsj2010@gmail.com>

Data: 21 de abril de 2016 às 18:15

Assunto: Pedido de audiência à Sra. Secretária de Estado da S.S.

Para: tiago.barbosaribeiro@ps.parlamento.pt

[Citação ocultada]

[Citação ocultada]

Tiago Barbosa Ribeiro <Tiago.BarbosaRibeiro@ps.parlamento.pt>

Para: STSJ 2010 <stsj2010@gmail.com>

26 de abril de 2016 às 20:31

Caro Carlos Teixeira,

O assunto não está esquecido e terá novidades em breve.

Cumprimentos,

Tiago Barbosa Ribeiro



Deputado

Comissão de Trabalho e Segurança Social (Coordenador)

Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa

Comissão de Assuntos Europeus

Assistente: Maria João Pino

Ext: 13286 | Tel: (+351) 21 391 73 86

E-mail: mariaj@ps.parlamento.pt



Palácio de S. Bento, 1249-068 Lisboa

www.parlamento.pt

De: STSJ 2010 [mailto:stsj2010@gmail.com]

Enviada: 21 de abril de 2016 18:16

Para: Tiago Barbosa Ribeiro <Tiago.BarbosaRibeiro@ps.parlamento.pt>

Assunto: Pedido de audiência à Sra. Secretária de Estado da S.S.

[Citação ocultada]

STSJ 2010 <stsj2010@gmail.com>

27 de abril de 2016 às 12:55



STSJ 2010 <stsj2010@gmail.com>

Fundo de Pensões

1 mensagem

STSJ 2010 <stsj2010@gmail.com>

17 de maio de 2016 às 16:08

Para: tiago.barbosaribeiro@ps.parlamento.pt

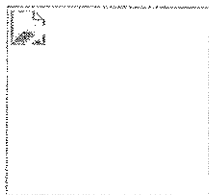
Boa tarde, Sr. Deputado Tiago Ribeiro,

Aproveitamos para agradecer o Email que nos enviou em 26 de Abril, mas, lembramos que passados vinte um dia, que, apesar de não ser muito tempo, até porque temos consciência que as exigências todos os dias colocadas ao Governo são de monta, no entanto para os pensionistas do fundo dos profissionais de banca é uma eternidade. Por esse motivo solicitávamos ao Sr. Deputado se nos podia informar mais em concreto o ponto da situação.

Aceite os nossos cumprimentos e consideração.

Carlos Teixeira

--
Sindicato dos Trabalhadores das Salas de Jogos
Presidente Carlos Teixeira | Tlm: 914311168
www.stsj-sindicato.org

Visite-nos no facebook em <https://www.facebook.com/stsj.sindicato> e faça-nos um like :-)

Caro Carlos Teixeira,

No seguimento do seu e-mail, acabei de reforçar com a SE da Segurança Social.

Cumprimentos,

Tiago Barbosa Ribeiro



Deputado

Comissão de Trabalho e Segurança Social (Coordenador)

Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa

Comissão de Assuntos Europeus

Assistente: Maria João Pino

Ext: 13286 | Tel: (+351) 21 391 73 86

E-mail: mariaj@ps.parlamento.pt



Palácio de S. Bento, 1249-068 Lisboa

www.parlamento.pt

De: STSJ 2010 [mailto:stsj2010@gmail.com]

Enviada: 17 de maio de 2016 16:09

Para: Tiago Barbosa Ribeiro <Tiago.BarbosaRibeiro@ps.parlamento.pt>

Assunto: Fundo de Pensões

[Citação ocultada]

STSJ 2010 <stsj2010@gmail.com>

18 de maio de 2016 às 13:54

Para: Tiago Barbosa Ribeiro <Tiago.BarbosaRibeiro@ps.parlamento.pt>

Boa tarde, Sr. Deputado Tiago Ribeiro,

Agradecemos o seu e-mail e o seu empenho.

os nossos cumprimentos e consideração